

BILHÕES DE ARGUMENTOS

Com governo pressionado por PEC Eleitoral e CPI, Congresso indica R\$ 6 bi em emendas em 2 semanas

DIMITRIUS DANTAS E NATÁLIA PORTINARI politica@oglobo.com.br

Com o governo pressionado pela imprensa e em ver aprovada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Eleitoral e pela possibilidade de abertura da CPI para investigar o Ministério da Educação (MEC), o Congresso acelerou a indicação de emendas do chamado orçamento secreto. Nas últimas duas semanas, desde 23 de junho, parlamentares indicaram R\$ 6,1 bilhões em emendas de relator no orçamento de 2022.

O valor é praticamente o dobro do que já tinha sido encaminhado ao Executivo desde o início de maio. Segundo dados da Comissão Mista do Orçamento (CMO), já foram direcionados, até agora, R\$ 12,3 bilhões desse tipo de emenda neste ano. No período, o governo logrou uma tramitação rápida da PEC Eleitoral e convencer a maioria dos líderes do Senado de que a CPI não deve funcionar durante o período eleitoral (leia mais na página 5).

Os pedidos foram encaminhados pelo deputado federal Hugo Leal (PSD-RJ), relator do Orçamento, e publicados ontem. Segundo fontes que participaram das negociações, o Executivo tentou segurar essa última leva de indicação para depois das eleições. Deputados e senadores, porém, insistiram pelo envio das indicações ao governo agora porque, em ano eleitoral, mesmo quando os valores ainda não foram pagos, os empenhos (autorizações de pagamento) do governo federal ou mesmo os pedidos do relator podem ser usados como moeda de troca por apoio de prefeitos.

As indicações são uma parte do processo orçamentário. Esses pedidos agora estão nas mãos do governo federal. A legislação atual não obriga o governo a gas-



Indicador. Lira tem sido um dos principais articuladores da PEC Eleitoral. Com o governo pressionado, congressistas aumentaram indicações de emendas

A NOVA LEVA DO ORÇAMENTO SECRETO

Os campeões

O parlamentar que mais assinou destinações até o dia 1º de julho foi o senador Wellington Fagundes (PL-MT), com R\$ 150 milhões; seguido pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que destinou R\$ 134 milhões. O ranking dos campeões é completado pelo senador Veneziano Vital do Rêgo (R\$ 120 milhões), do MDB da Paraíba, e pelo senador Zequinha Marinho (R\$ 104 milhões), do PL do Pará. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ficou em nono lugar, responsável por R\$ 93,5 milhões em recursos.

tar o dinheiro, mas impede o Palácio do Planalto de repassar o recurso a outros beneficiários. Na prática, entretanto, o Poder Executivo e o Congresso têm atuado de forma conjunta na liberação do orçamento secreto.

Indicadores

Parlamentares indicaram R\$ 6,1 bilhões em emendas do chamado orçamento secreto em duas semanas. Até as eleições, esses valores estão impedidos de serem pagos devido à lei eleitoral. O compromisso, porém é importante politicamente.

Empenho e pagamento

Neste ano, já foram indicados R\$ 12,3 bilhões desse tipo de emenda. Deste total, R\$ 7,7 bilhões foram empenhados, quando há o compromisso do governo pelo pagamento às bases eleitorais.

Em 2020, o governo federal empenhou 97,9% do orçamento secreto previsto na Lei Orçamentária Anual. No ano seguinte, a taxa de obediência foi ainda maior, 99,1%. O empenho é a garantia que o dinheiro será gasto.

Dividendos eleitorais

Os novos pedidos foram encaminhados pelo deputado federal Hugo Leal (PSD-RJ) e publicados ontem. O Executivo tentou segurar essa última leva de indicações para depois das eleições. Deputados e senadores insistiram pelo envio das indicações ao governo porque, em ano eleitoral, mesmo quando os valores ainda não foram pagos, os empenhos (autorizações de pagamento) do governo federal ou mesmo os pedidos do relator podem ser usados como moeda de troca por apoio de prefeitos.

Esses recursos, em sua maioria, são destinados para obras e serviços nas bases eleitorais dos parlamentares. A legislação eleitoral impede a transferência de recursos nos três meses que antecedem a

eleição, período que começou no último sábado. Até o momento, o governo já empenhou R\$ 7,7 bilhões do total previsto para este ano (R\$ 16,5 bilhões).

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), que está trabalhando a favor da PEC Eleitoral na Câmara — proposta que permite ao governo aumentar o Auxílio Brasil e dar outros benefícios às vésperas das eleições, driblando a legislação eleitoral — conseguiu destravar a negociação.

Ele prometeu apoio à PEC com a condição de que o Executivo conseguisse honrar as liberações de emendas, de acordo com fontes que conhecem o assunto. Do valor total das emendas de relator, R\$ 6,7 bilhões já foram pagos.

Se de um lado o governo é pressionado pela PEC Eleitoral na Câmara, no Senado, a criação da CPI do MEC faz com que o Executivo invista no atendimento a senadores.

O parlamentar que mais assinou destinações até o dia 1º de julho foi o senador Wellington Fagundes (PL-MT), com R\$ 150 milhões; seguido pelo presidente da Câmara, que destinou R\$ 134 milhões. Em nono lugar, ficou o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), responsável por R\$ 93,5 milhões em recursos.

O Orçamento Secreto ganhou notoriedade durante o governo Bolsonaro, quando os congressistas turbinaram as chamadas emendas de relator. Até o ano passado, a autoria das indicações era secreta: ou seja, era difícil apontar qual parlamentar era o responsável pela indicação dos recursos. A partir deste ano, após decisão da ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), a Comissão Mista de Orçamento disponibiliza a lista de indicações de cada deputado.

Na última semana, deputados e assessores formaram fila em frente ao gabinete da Presidência da Câmara dos Deputados, onde são controlados os pedidos, para garantir sua fatia no bolo das emendas de relator. Líderes ouviram queixas em seus partidos, já que nem todos foram contemplados: 74% dos deputados conseguiram fazer indicações, mas enquanto alguns parlamentares conquistaram dezenas de milhões de reais, 269 deputados ficaram com menos de R\$ 15 milhões.

No Senado Federal, também não houve distribuição para todos: 48 de 81 senadores fizeram indicações. Eles ganharam mais do que os deputados, porém. A média por senador é de R\$ 54,9 milhões em indicações, enquanto os deputados atenderam até agora tiveram direito a R\$ 14,9 milhões.

O GLOBO procurou os presidentes da Câmara, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco, mas não teve retorno.

RELATOR RECUA E DESISTE DE MUDAR PEC, NA PÁGINA 15

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política Pagina: 4